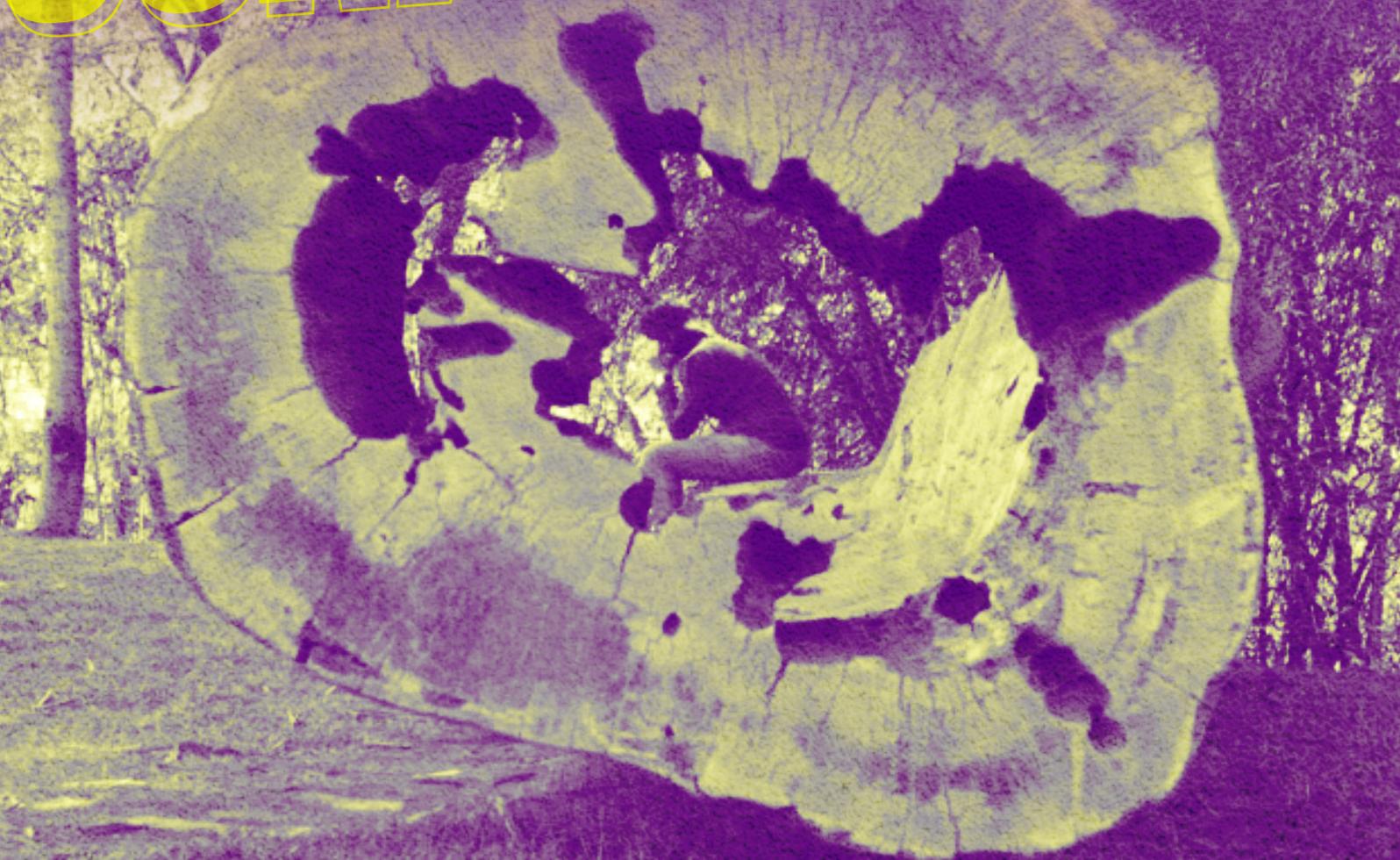


ALMIREs MARTINS MACHADO • ANDRÉ BRAYNER DE FARIAS • ANDREA POTESTÀ • CARLA RODRIGUES • CARLOS MORUJÃO
DIRCE SOLIS • EVANDO NASCIMENTO • FABIO CAPRIO L. DE CASTRO • FABIO CIARAMELLI • FERNANDA MARTINS
FRANCIS WADE • FRANCISCO FERNÁNDEZ-JARDÓN • GEORGE YANCY • GÉRARD BENSUSSAN
JEAN-LUC NANCY • JÉRÔME LÈBRE • JUAN CARLOS VELASCO • JUDITH BUTLER • KLINGER SCORALICK (ORG.)
MARCIA SÁ CAVALCANTE SCHUBACK • MÁRCIO SELIGMANN-SILVA • NILMA LINO GOMES • OLGÁRIA MATOS
OSWALDO GIACOIA JUNIOR • PABLO DREIZIK • ROBERTO ESPOSITO • SIMON CRITCHLEY • VIRGINIA DE ARAUJO FIGUEIREDO

FILOSOFIA EM CONFINAMENTO



REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA, A CRISE BRASILEIRA E UM POSSÍVEL HORIZONTE DE AÇÃO

FABIO CAPRIO LEITE DE CASTRO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constitui uma *Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional* – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Passaram-se meses desde o início das medidas de segurança que foram adotadas por diversos países atingidos pela transmissão comunitária do vírus.

Outras épocas foram marcadas pelo aparecimento e proliferação de doenças contagiosas. Exemplos disso são a lepra a partir do século XIII e a peste bubônica no século XIV, as quais tiveram

profundos efeitos sociais e culturais na Baixa Idade Média (Goff, 2005). No último século, a devastação produzida pela gripe de 1918 ainda se faz presente na memória do trauma e nas narrativas das gerações mais antigas. A atual pandemia inscreve-se, ainda não sabemos em que grau, na história das grandes pestes e doenças contagiosas que assolaram e assombraram a humanidade. Reedita-se o medo da infecção e as incertezas diante de um mal desconhecido, desta vez com o atravessamento das características peculiares da globalização contemporânea, de tal modo que a velocidade de contágio do vírus se potencializa com as grandes estruturas e redes de mobilidade. Até a descoberta e a aprovação de uma vacina, a recomendação técnica tem sido a do controle das atividades sociais e do confinamento.

A realidade do confinamento que experienciamos produz efeitos que podem ser observados sob a perspectiva da *desaceleração*. Com o objetivo de melhor elucidar esses efeitos, faço alusão à fenomenologia da aceleração social desenvolvida por Hartmut Rosa no livro *Aceleração – A transformação das estruturas temporais na Modernidade* (2019, p. 189-298). De acordo com a hipótese do sociólogo alemão, a Modernidade tardia ultrapassou um ponto crítico da aceleração social que seria, na verdade, a característica central da própria modernização: “A experiência de modernização é uma experiência de aceleração” (Rosa, 2019, p. 44). Rosa demonstra que a aceleração social pode ser objetivamente investigada através da aceleração técnica, da aceleração das mudanças sociais e da aceleração do ritmo de vida. A aceleração técnica é designada pela nossa relação com o espaço, com a sociedade e com as coisas, respectivamente como aceleração do transporte, da comunicação e da produção. Já a aceleração das mudanças sociais diz respeito aos períodos e ciclos relacionados à formação da identidade, como as relações familiares e as relações profissionais. Por fim, a aceleração do ritmo de vida diz respeito ao aumento dos episódios de ação ou experiências de unidade de tempo em função do encurtamento dos recursos temporais, o que pode ser exemplificado pelo número de e-mails, mensagens e outras tarefas em um *multitasking*, os quais em algum momento geram estresse e sobrecarga. Ademais, é esse aspecto que leva o sociólogo a adotar a perspectiva fenomenológica de que a depressão é uma patologia do tempo.

Talvez seja possível interpretar a atual pandemia em seus efeitos sobre as várias instâncias da aceleração social citadas por Rosa. Destes processos, aqueles que parecem ter sofrido maior alteração estão relacionados ao transporte, à produção, às mudanças sociais e ao ritmo de vida. Não obstante as tecnologias permitam certa manutenção das redes de comunicação à distância, a experiência do confinamento

e do afastamento social transforma as relações, bem como altera a vivência espacial e temporal, cujo impacto macrossocial ainda não somos capazes de prever e definir precisamente. O confinamento emergiu como um freio abrupto que atinge a produção, assim como a própria sociabilidade, com eventuais dessincronizações e perdas de ressonância nas relações sociais.

No período insólito e inóspito que estamos vivendo, privamo-nos de uma dimensão essencial de sociabilidade. O mais corriqueiro cotidiano de nossas vidas foi atingido. O medo, o desamparo e a ansiedade experienciadas são amplificados pela imprevisibilidade do que poderá acontecer amanhã, de como serão as nossas relações sociais, de como os países suportarão os déficits de produção e de arrecadação decorrentes da recessão que já começa a produzir efeitos na economia global. Ao mesmo tempo, a reclusão leva-nos a aprofundar uma reflexão sobre a urgência de alternativas de ação para responder à penúria das populações mais carentes e sobre o futuro pós-pandemia.

Sobrevém então a tentação de fazer previsões ou profecias sobre o porvir. É preciso estar atento para que essa tentação não se transforme em armadilha. Não penso que estejamos diante da “invenção de uma epidemia”, como chegou a afirmar Agamben (2020, p. 17-19 e p. 31-33). De maneira geral, é possível sustentar a hipótese de que os Estados vão na direção de um maior controle biopolítico das populações. Talvez fosse possível a Agamben examinar os usos da biopolítica contemporânea sem fazer a apreciação demasiadamente antecipada que o levou a negar a pandemia. Os dados cientificamente comprovados contrastam drasticamente com a posição adotada por Agamben. Tampouco parece plausível que em nossa época “perdeu vigência o paradigma imunológico”, segundo a afirmação de Byung-Chun Han (2020, p. 110). Ademais, a rápida difusão da doença e os seus efeitos poderiam ter levado Han a se retratar pela crítica que ele endereça, na *Sociedade do Cansaço*, à tese de Esposito sobre a *immunitas* (Han, 2017, p. 10-11). No entanto, não é o que ele fez em um artigo recente, tratando a reação imunitária atual como *resultante da falta de imunidade*, ou seja, como consequência de uma sociedade permissiva e do fato que “vivemos muito tempo em uma sociedade sem inimigos” (Han, 2020, p. 108). Ao contrário disso, a situação que vivemos reforça amplamente a tese de Roberto Esposito segundo a qual *toda biopolítica é imunológica*.

Por outro lado, não parece convincente a afirmação de que estamos “às portas de uma nova ordem mundial” (Zibechi, 2020, p. 113-118). Talvez seja cedo demais para afirmar que a pandemia é “a tumba da globalização neoliberal”, de tal modo que a globalização do futuro estaria centrada na China e no Pacífico asiático (Zi-

bechi, 2020, p. 115). Ademais, não há condições para se afirmar que o novo vírus poderia conduzir à “reinvenção do comunismo” (Žižek, 2020, p. 21-28). Quiçá a sociedade seja capaz de atualizar-se em suas formas de solidariedade e atuação global, mas não temos nenhuma certeza de que o vírus “nos obrigará a reinventar o comunismo baseado na confiança das pessoas e na ciência” (Žižek, 2020, p. 22). Gostaria de pensar que Žižek tem razão em sua hipótese, mas nada garante que a mudança será produzida na direção da solidariedade e da ação global.

Diante do desconhecido, é preciso renunciar a ilações sobre o futuro, como se tudo estivesse perdido ou tudo estivesse garantido, embora não devamos declinar da tentativa de interpretá-lo, avaliando as alternativas e possíveis resultados. O que temos de ponderar com responsabilidade é, afinal, como se orienta a nossa reflexão e a qual ação ela serve. Negar a evidência da pandemia, opondo-se à brutalidade das perdas, dos sofrimentos e das mortes termina por equivaler, curiosamente, às manifestações negacionistas da extrema-direita que clamam pela reabertura do comércio e pela retomada de todas as atividades, como se nada estivesse acontecendo e como se a ideia de pandemia fizesse parte de um plano conspiracionista global. Aliás, esses protestos pela reabertura do comércio não se contradizem com o núcleo do neoliberalismo, ao contrário: tudo indica que o conservadorismo e o neoliberalismo podem coexistir e confluir perfeitamente.

Como um tal discurso reacionário ganhou impulso? A ascensão progressiva desse tipo de discurso em diversos países, entre eles o Brasil, não teria sido possível sem o uso de tecnologias sofisticadas de inteligência artificial aplicadas às redes sociais, as quais deram ensejo e pegaram carona no fenômeno midiático da pós-verdade. É curioso que esse fenômeno, através do qual todas as opiniões se equivalem, sob impulso de uma desconfiança das ciências e da comunidade científica, tenha sido de alguma forma antecipado, em perspectiva diversa, por teóricos que declararam o “fim das narrativas”, o “fim do sujeito” e o “fim da História”.

O relativismo pós-moderno, mesmo em suas versões mais à esquerda, terminou produzindo um Marx sem materialismo histórico e luta de classes. Como resultado disso, ocorreu a profusão de análises sobre o “comum” que prescindiram da dialética e, por consequência, da mediação e da síntese nas formações sociais. As grandes manifestações das últimas décadas, ao estilo de *Occupy Wall Street*, foram descritas dispensando a noção de unidade, recaindo assim na crença de que o devir revolucionário adviria da dispersão, do anonimato de agentes não mediados e de uma es-

pécie de anarquismo sem projeto nem direção. A indefinição e o amorfismo dessas manifestações foram observados e descritos por esses teóricos com certa satisfação, apesar da esterilidade de seus resultados.

No Brasil, durante as manifestações de 2013, um manifestante pronuncia em face de um policial: “anota aí, eu sou ninguém”. Tratava-se de uma estratégia defensiva de não identificação diante dos aparelhos de repressão. No entanto, essa expressão se tornou mais famosa através da hipótese que a tomou com entusiasmo (à época e ainda hoje), como uma espécie de símbolo das manifestações, pois implicaria certa “dessubjetivação” necessária para a política atual (Pál Pelbart, 2013; Cocco, Tascheto, 2017; Safatle, 2019). Esperou-se muito desse processo de dessubjetivação, no “horizonte antipredicativo do reconhecimento” (Safatle, 2015, p. 30-33 e p. 321-364), enquanto “desposseção absoluta” (Safatle, 2019, p. 18). Ora, que espécie de força ou ação podemos esperar de um sujeito se ele estiver absolutamente despossuído? Além disso, é errôneo imaginar que “os poderes não sabem o que fazer com a singularidade qualquer” (Pál Pelbart, 2013). Se há algo que se pode comandar desde a exterioridade é esse “qualquer um”. Sem mediação, ele é absorvido pelo *prático-inerte*, como diria Sartre: mais um número da série, na massa amorfa e na dispersão das pretensões atomizadas. E foi o que aconteceu no Brasil. A partir do protesto organizado contra o preço das passagens em 2013, somaram-se nas ruas mais insatisfações. Criou-se uma enorme efervescência, tornou-se possível articular uma ação comum, estavam dadas as condições para a formação de *grupos em fusão*. No entanto, multiplicaram-se as demandas de forma atomizada, começaram a produzir-se descompassos, infiltrações, críticas às ações organizadas e ao uso de bandeiras políticas. Alguns meses depois, as manifestações recebem novos contornos com o “não vai ter Copa”, porém, uma vez findo o processo eleitoral de 2014, ato contínuo inicia-se a articulação das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Convirjo com a observação de Marcos Ianoni de que a pandemia encontra no Brasil o *pandemônio* político-institucional que já havia se instalado no país desde o momento em que o então presidente da Câmara dos Deputados aceitou um dos pedidos de impeachment de Dilma (Ianoni, 2020, p. 110). Na votação do Plenário da Câmara, no dia 17 de abril, que decidiu pela abertura do processo de impeachment, a menção a Ustra, o torturador de Dilma no período da ditadura militar, por um então deputado federal em seu voto, sem que nada lhe tenha acontecido após essa alusão – nenhuma advertência ou punição – dava indícios do que viria pela frente. O que estamos a viver em terras brasileiras é algo muito singular entre todos os paí-

ses que enfrentam a pandemia no mundo. Cada dia do atual governo fica marcado como um teste aos limites do Estado democrático de direito. Desde 2016 e especialmente a partir de 2018 as instituições vão-se corroendo a conta-gotas, a precarização do trabalho é implementada a cada dia, os ataques ao funcionalismo público, à educação, ao SUS e ao meio ambiente ganham ares dramáticos. Com a declaração da pandemia pela OMS, no entanto, inicia-se no governo brasileiro um novo momento de degradação democrática, desta vez de forma explícita e sem pudor em direção à tragédia, instalando o tumulto e a tensão em todos os âmbitos da federação. No Brasil, a crise política amplifica os efeitos da crise sanitária e da crise econômica.

Como reagir à situação dramática na qual estamos inexoravelmente jogados? É possível até mesmo ter a impressão de que depois de 2018 os movimentos de esquerda diminuíram a intensidade de suas ações ou mesmo que ficaram paralisados (ainda mais durante essa pandemia), porém, não se pode afirmar, de forma temerária, que a esquerda morreu. A esquerda vive nas múltiplas formas de ação que ela realiza, não apenas através de partidos políticos, mas também e sobretudo pelos movimentos sociais, centrais sindicais, cooperativas comunitárias e tantos outros modelos de organização. É através dessas formas de engajamento real e coletivo que o diálogo pode construir-se na direção da solidariedade. A pandemia expõe, na dor e no sofrimento de todos nós e especialmente dos mais necessitados, a crueldade da escassez tal como ela é intencionalmente controlada e mantida pelas formas de dominação capitalista e seu arsenal ideológico neoliberal. Talvez seja possível construir uma frente ampla de esquerda onde o debate sobre os diferentes lugares de fala, mirando diferentes modelos possíveis de engajamento, seja reconduzido ao movimento dialético que os mobiliza em direção à unidade de uma ação comum.

25 de maio de 2020

[Referências]

AGAMBEN, Giorgio. "Contagio". AMADEO, Pablo. (Org.). *Sopa de Wuhan*. [S.L.]: ASPO, 2020, p. 31-33.

AGAMBEN, Giorgio. "La invención de una epidemia". AMADEO, Pablo. (Org.). *Sopa de Wuhan*. [S.L.]: ASPO, 2020, p. 17-19.

COCCO, Giuseppe; TASCHEO, Marcio. “Eu (não) sou ninguém: a subjetividade de sem nome”. *Kalagatos*, v. 14, nº 2, 2017, p. 37-57.

GOFF, Jacques Le. *Il corpo nel medioevo*. Trad. italiana Fausta Cataldi Villari. Roma: Laterza, 2005.

HAN, Byung-Chun. “La emergencia viral y el mundo de mañana”. AMADEO, Pablo. (Org.). *Sopa de Wuhan*. [S.L.]: ASPO, 2020, p. 97-111.

HAN, Byung-Chun. *A sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

IANONI, Marcus. “Três crises: sanitária, econômica e política”. AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra dos. (Org.). *Pandemia e Pandemônio no Brasil*. São Paulo: Tirant to Blanch, 2020, p. 111-119.

PÁL PELBART, Peter. “Anota aí: eu sou ninguém”. Observatório da Imprensa, 23 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed756/anota-ai-eu-sou-ninguem/>

ROSA, Hartmut. *Aceleração – A transformação das estruturas temporais na Modernidade*. Trad. Rafael H. Silveira. São Paulo: Unesp, 2019.

SAFATLE, Vladimir. *Circuito dos Afetos – Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SAFATLE, Vladimir. “‘Anota aí: eu sou ninguém’: entrevista com Vladimir Safatle”. *Ideias*, vol. 10, 2019, e019009, p. 1-38.

ZIBECCHI, Raúl. “A las puertas de un nuevo orden mundial”. AMADEO, Pablo. (Org.). *Sopa de Wuhan*. [S.L.]: ASPO, 2020, p. 113-118.

ŽIŽEK, Slavoj. “Coronavírus es un golpe al capitalismo al estilo de ‘Kill Bill’ y podría conducir a la reinención del comunismo”. AMADEO, Pablo. (Org.). *Sopa de Wuhan*. [S.L.]: ASPO, 2020, p. 21-28.